Programa Memória do Mundo da Unesco Brasil

UNESCO

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Memória do Mundo

Brasil - 2010

UNESCO

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Comitê Nacional do Brasil do Programa MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO

Memória do Mundo

O Programa Memória do Mundo da UNESCO tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor como patrimônio cultural da humanidade.

A candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo é inserida no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, foi criado em 2004, sob os auspícios do Ministério da Cultura, com o propósito de reconhecer acervos documentais de relevância para o Brasil.

Em 2006 os integrantes do Comitê Nacional do Brasil foram nomeados representando instituições brasileiras dedicadas à preservação, acesso, difusão e a pesquisa de acervos documentais, além de especialistas na temática.

Em abril de 2010 o Comitê Nacional realizou lançamento de Edital e Regulamento para candidaturas à nominação de acervos documentais no Registro Nacional do Brasil, para o qual foram recebidas doze proposições e destas oito nominadas.

Nominações 2010

Memória do Mundo

Abrindo Estradas no Mar: folhas de bordo e relatórios de levantamento hidrográfico da DHN – 1901-2009, da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.

Agência Nacional: a informação a serviço do Estado, do Arquivo Nacional / Fundação Cinemateca Brasileira.

Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial Brasileiro, da Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha.

Atlas Vingboons: mapas e cartas da costa atlântica da América do Sul no século XVII, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. IHGP – Recife.

"Viagem Filosófica": expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira nas capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – 1783-1792, da Fundação Biblioteca Nacional / Museu Nacional.

Diário das viagens do Imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo, do Museu Imperial.

Fundo Secretaria de Governo da Capitânia: Período Colonial do Brasil - 1649-1823, do Arquivo Público do Estado do Pará.

Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (Bahia) – 1855-1964, do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Abrindo Estradas no Mar: folhas de bordo e relatórios de levantamento hidrográfico da DHM – 1901-2009

Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.

Memória do Mundo

A Marinha do Brasil tem a atribuição legal de cartografar as águas jurisdicionais brasileiras. Cabe ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) cumprir essa atribuição com a produção e atualização das Cartas Náuticas. O CHM tem o propósito de produzir as informações ambientais necessárias para a segurança da navegação e projetos nacionais de pesquisa, bem como promover o aperfeiçoamento dos sistemas de auxílio à navegação e da sinalização náutica.

O conjunto documental dos Levantamentos Hidrográficos e das Folhas de Bordo da Costa Brasileira é composto por diversos documentos produzidos e recebidos pelo Centro de Hidrografia e Navegação da Marinha, acumulados por aproximadamente 90 anos. Integram esse acervo documentos técnicos manuscritos, impressos, iconográficos e cartográficos em suportes convencional e digital.

Destacam-se dois tipos de documentos de maior relevância dois tipos de documentos de maior relevância para o acervo: o **Relatório do Levantamento Hidrográfico (LH)**, que visa à atualização ou elaboração de cartas náuticas e a **Folha de Bordo (FB)**, que é a representação gráfica do levantamento, que sintetiza todos os trabalhos executados, de forma a constituir uma representação exata do relevo submarino e do terreno.

Abrindo Estradas no Mar: folhas de bordo e relatórios de levantamento hidrográfico da DHM – 1901-2009

Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha

Memória do Mundo

A Hidrografia é uma das ciências mais antigas no mundo. No Brasil, a Hidrografia se confunde com o Descobrimento a partir da carta de Mestre João. A Navegação no Brasil, mais que uma tradição, uma ciência e uma arte, sempre foi uma necessidade imperiosa e se confunde com a defesa do território e com a formação da nação brasileira em cinco séculos de nossa história, nos 7.367km de linha de costa atlântica brasileira.

A trajetória histórica da Hidrografia no Brasil tem sentido transcendente, pois remonta, praticamente, aos primórdios da Pátria Brasileira. O Arquivo Militar, criado em 1808 no Rio de Janeiro, chegou a possuir em seu acervo, naquela época, mais de mil cartas e planos apresentados em cerca de mil e duzentas folhas.

É efetivamente marcante, no século XIX, a integração dos trabalhos de hidrografia às atividades da Marinha do Brasil. Os levantamentos realizados naquela época, essencialmente na segunda metade do século XIX, por nossos oficiais, constituem a estrutura básica das realizações hidrográficas que, sem descontinuidade, atingem o presente e projetam-se para o futuro.

Detalhe Folha de Bordo da
Baía de ilha Grande - 1934

https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/index.html

Agência Nacional: a informação a serviço do Estado

Arquivo Nacional / Fundação Cinemateca Brasileira

Memória do Mundo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ARQUIVO NACIONAL

cinemateca brasileira

O acervo iconográfico é formado por fotografias, diapositivos, negativos fotográficos, ilustrações, gravuras, caricaturas e charges, cartazes e desenhos de diversos formatos. Dentre estes destacam-se, as fotografias dos fundos Agência Nacional (1937-1979), do jornal Correio da Manhã (1901-1974), a Coleção de Fotografias Avulsas (1860-1964), além dos fundos de origem privada doados ao Arquivo Nacional, como Mário Lago, João Goulart, Duque de Caxias, Afonso Pena e outros, perfazendo, cerca de 2 milhões de itens documentais.

O acervo de imagens em movimento possui expressivos registros da história e da cultura brasileira. Fazem parte do acervo cinejornais, documentários, obras de ficção, filmes publicitários, familiares e recortes de filmes que sofreram censura.

A origem da Cinemateca Brasileira foi a criação do Clube de Cinema de São Paulo, em 1940, fundado por estudantes do curso de Filosofia da USP. Em 1984, a Cinemateca foi incorporada ao governo federal, estando hoje ligada à Secretaria do Audiovisual.

A Cinemateca Brasileira possui o maior acervo de imagens em movimento da América Latina. Ele é formado por cerca de 200 mil rolos de filmes, que correspondem a 30 mil títulos. São obras de ficção, documentários, cinejornais, filmes publicitários e registros familiares, nacionais e estrangeiros, produzidos desde 1895.

Agência Nacional: a informação a serviço do Estado

Arquivo Nacional / Fundação Cinemateca Brasileira

Memória do Mundo

Criada em 1945, a partir do desmembramento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Agência Nacional tinha por objetivo a ampla difusão das realizações do governo através dos cinejornais informativos, registros fotográficos de eventos oficiais e de gravações em áudio de discursos, pronunciamentos, cerimônias e entrevistas.

Presidente Juscelino Kubitschek

Fábrica Nacional de Motores - Duque de Caxias/RJ – 1956

O fundo Agência Nacional permite estudos sobre a História do Brasil em seu período contemporâneo, bem como de técnicas de comunicação, propaganda e promoção cultural. A função principal de agência de notícias de divulgação dos atos do governo foi extrapolada pelo exercício de supervisão de todos os instrumentos de comunicação de massa como radiodifusão, cinema e imprensa existentes no país desde 1935 até 1979.

Presidente Getúlio Vargas - Canudos/BA - 1940

Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial Brasileiro

Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha

Memória do Mundo

O Serviço de Documentação da Marinha (SDM), criado em 1943, tem sua origem na Biblioteca da Marinha, estabelecida no Arsenal da Marinha da Corte pelo Decreto n° 479, de 17 de outubro de 1846. Quando da criação do SDM, a Biblioteca da Marinha foi incorporada a esta nova organização militar, diretamente subordinada ao Ministro da Marinha, juntamente com a Seção de História Marítima do Brasil, o Arquivo Histórico e a Revista Marítima Brasileira. Em 1º de julho de 2008, o Comandante da Marinha, por meio da Portaria nº 209/ MB, extinguiu a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM), e alterou a denominação do Serviço de Documentação da Marinha para Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Museu Naval

Ilha Fiscal – Rio de Janeiro

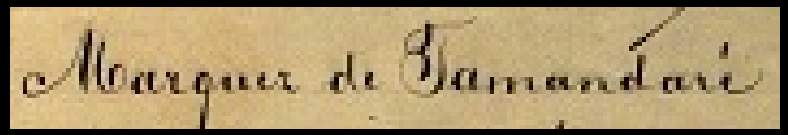
A DPHDM tem o propósito de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira. Para a consecução do seu propósito, cabe à DPHDM, entre outras, a execução das seguintes tarefas: manter o registro da história marítima do Brasil; propor e incentivar a divulgação da cultura e história marítima para a sociedade em geral.

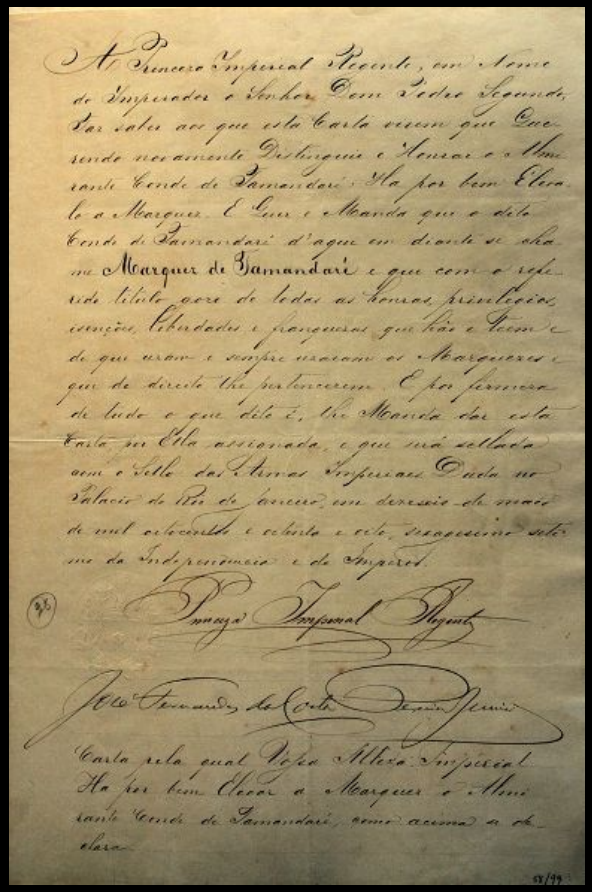
Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial Brasileiro

Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha

Memória do Mundo

O Arquivo da Marinha tem em sua custódia cerca de 1.500 documentos do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha. Esses documentos abarcam um período muito importante para a formação do Brasil, compreendendo a Independência, o Império e a Proclamação da República. O Marquês de Tamandaré participou ativamente de quatro guerras – a da Independência, Cisplatina, Campanha Oriental (intervenção no Uruguai) e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.





Carta Patente Marquês de Tamandaré

Brasão

O Acervo Tamandaré possui documentos importantes para o estudo das Relações Internacionais do Brasil durante o século XIX; além de servir de fonte para os estudos de História Política, Diplomática, Social, Cultural, do poder no Brasil, história do cotidiano e da vida privada.

Atlas Vingboons: mapas e cartas da costa atlântica da América do Sul no século XVII

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Memória do Mundo

O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP é uma instituição de caráter particular fundada em 28 de janeiro de 1862 sendo portanto em antiguidade, a segunda no gênero neste pais. Fundado em plena época imperial sob a égide dos republicanos de 1817/24. O Instituto participou em 1945 da luta redemocratização do pais. Tem como um dos objetivos principais o resgate da memória dos fatos deste Estado e, por sua situação geo-sócio-econômica, do Nordeste também.

No decorrer de sua existência, foi recebendo por doação ou mesmo aquisição, grande número de pecas de caráter histórico - artístico, vendo-se em suas coleções desde o marco de pedra mais antigo do Brasil, o qual foi chantado em 1535 servindo de divisa entre as Capitanias de Itamaracá e de Pernambuco, até peças de cerâmica indígena, passando pelo belíssimo mobiliário dos séculos XVIII e XIX, painéis das 2 batalhas dos Guararapes, retratos de personalidades ou figuras da sociedade, óleo sobre tela, guache ou pastel, grande coleção de gravuras (muitas delas exemplar único).

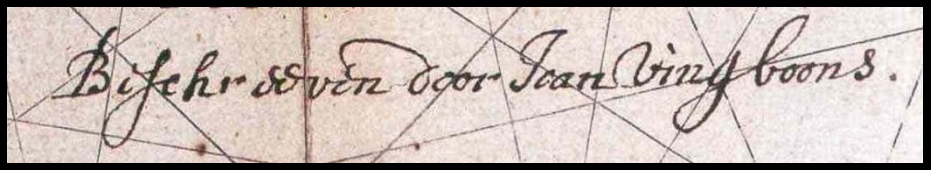
Atlas Vingboons: mapas e cartas da costa atlântica da América do Sul no século XVII

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Memória do Mundo

O *Atlas Vingboons* é formado por um conjunto de lâminas do manuscrito, do *Atlas Bom*, nome do ex-proprietário. Os desenhos do Nordeste do Brasil provavelmente são baseados em levantamentos cartográficos feitos pelos flamengos G. Marcgraf e C.B. Golojath, que estiveram no Recife, na comitiva de Maurício de Nassau. Informações de marinheiros e desenhos de engenheiros locais iam para os cartógrafos da Companhia das Índias Ocidentais, neste caso, para o atelier de W. Blaeu, cartógrafo-mor da Cia, onde Johan Vingboons (1616-1670) copiava e atualizava mapas antigos. Existem 4 coleções do Atlas: nos Estados Unidos, no Canadá, na Biblioteca Nacional da França e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IHGP.

Grande Carta do Brasil



Nova imagem Recife

“Viagem Filosófica”: expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira nas capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – 1783-1792

Fundação Biblioteca Nacional / Museu Nacional

Memória do Mundo

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional tem sua origem na Biblioteca Real, trazida para o Brasil quando da vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. Criada no Brasil em 1810 e aberta ao público a partir de 1815, ela tem como missão a preservação da memória bibliográfica nacional.

O início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil está ligado a um dos mais decisivos momentos da história do país: a transferência da rainha D. Maria I, de D. João, Príncipe Regente, de toda a família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808. Hoje, a Biblioteca Nacional guarda a mais rica coleção bibliográfica da América Latina, estimada em mais de oito milhões e meio de peças.

http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11

MUSEU NACIONAL
A NATUREZA FAZ HISTÓRIA

O Museu Nacional/UFRJ está vinculado ao Ministério da Educação. É a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e, inicialmente, sediado no Campo de Sant’Anna, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico no país.

Originalmente denominado de Museu Real, foi incorporado à Universidade do Brasil em 1946. Atualmente o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu acervo de cerca de 20 milhões de itens das coleções científicas conservadas e estudadas pelos Departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia.

http://www.museunacional.ufrj.br/

“Viagem Filosófica”: expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira nas capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – 1783-1792

Fundação Biblioteca Nacional / Museu Nacional

Memória do Mundo

A Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira é composta de uma documentação fartamente ilustrada com desenhos aquarelados de Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, produzida pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira relativa à viagem que empreendeu, por ordem de D. Maria I, pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792. Alfredo do Vale Cabral descreve 51 códices e 11 documentos apensos, pertencentes ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional, além desses documentos, há outros referentes à expedição Alexandre Rodrigues Ferreira no acervo do Museu Nacional.

Boca Preta – macaco com corda na cintura

Sterculia Chicha

Diário das viagens do Imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo

Museu Imperial

Memória do Mundo

Arquivo Histórico do Museu Imperial reúne hoje uma coleção que alcança cerca de 250 mil documentos originais. Ideal para estudiosos que estão produzindo teses acadêmicas, roteiristas de minisséries e novelas para a TV, cineastas, escritores e até cenógrafos de escolas de samba, o forte do Arquivo Histórico do Museu Imperial são os documentos do século XIX. Entretanto, dentro deste espaço também podem ser encontrados registros históricos que vão desde o século XIII até o início do XX.

Outra valiosa contribuição para a memória do país é o precioso conjunto de fotografias que recupera parte da história visual do Brasil, do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis desde o início da fotografia.

O acervo do Arquivo Histórico é constituído de documentos de caráter privado que, pela atuação política da maior parte de seus autores e destinatários, são significativamente importantes pela complementaridade ou elucidação que oferecem à documentação de caráter público conservada no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Itamarati.

Diário das viagens do Imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo

Museu Imperial

Memória do Mundo

O Conjunto documental relativo às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo apresentado pelo Museu Imperial constitui uma coleção de registros, em sua maior parte escritos, composto de diários pessoais, cadernetas, itinerários de viagens, correspondências, registros de visitas e contatos do imperador, relatórios de despesas, etc.

Esses documentos pela singularidade de seu produtor / acumulador, não apenas como imperador do Brasil, mas também como erudito, oferecem subsídios para pesquisas de geografia, etnografia, artes, ciência e tecnologia, política nacional e internacional, relações diplomáticas e administração pública.

Fundo Secretaria de Governo da Capitânia: Período Colonial do Brasil - 1649-1823

Arquivo Público do Estado do Pará

Memória do Mundo

Criado em 1901, o Arquivo Público do Estado do Pará possui um acervo com mais de 4 milhões de documentos, sobre diversos temas, como escravidão negra, indígena, Candomblé, Cabanagem, informações sobre autoridades religiosas e segurança pública. Instalado em um prédio de estilo neoclássico, na travessa Campos Sales, bairro do Comércio, em Belém, o Arquivo Público do Pará é um dos mais importantes do país.

Manuscritos - O órgão preserva a memória paraense desde o século XVII. Aberto à visitação pública, quem entra na instituição se depara com uma imensidão de manuscritos divididos em grandes galerias. Documentos avulsos e encadernados estão disponíveis para consulta e pesquisa.

O acervo é bem conservado por meio de digitalização e de microfilmagem do acervo, para evitar a ação do tempo e minimizar o desgaste do material. A maioria dos frequentadores é formada por professores universitários em busca de fontes de pesquisa, mas qualquer pessoa pode ter acesso aos documentos que preservam a história da Amazônia.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

http://www.governodopara.pa.gov.br/noticias/materia.asp?id_ver=42747

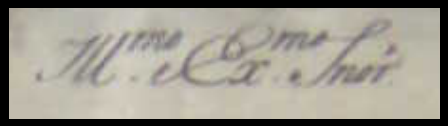
Fundo Secretaria de Governo da Capitânia: Período Colonial do Brasil - 1649-1823

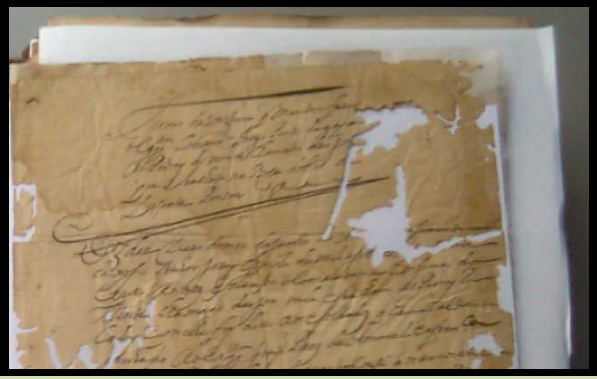
Arquivo Público do Estado do Pará

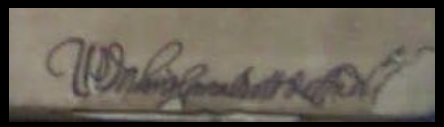
Memória do Mundo

O *Fundo: Secretaria de Governo da Capitania/ Período Colonial do Brasil – 1649 a 1823* é uma fonte indispensável ao estudo da região Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste do Brasil por um período de 174 (cento e setenta e quatro) anos. Composto de documentos produzidos por autoridades do Reino de Portugal, de outras Capitanias das "Terras do Brasil" e do Interior da própria Capitania do Pará. É formado por correspondências, instruções do Conselho Ultramarino, alvarás, arrematações, atestados, atos régios e de governo da capitania, avisos, bandos, cartas patentes, cartas de sesmaria, cartas régias, cartas de nomeações, certidões, leis, decretos, despachos, editais, fianças, informações, instruções, ordens, petições, portarias, provisões, regimentos, representações, requerimentos, resoluções, relatórios, termos, obrigações e autos de assistência.

A documentação trata da vida política, administrativa, social e cultural das regiões em apreço, o que possibilita a produção de trabalhos acadêmico-científicos historiográficos; trabalhos interdisciplinares que contemplem as Ciências Humanas e as outras áreas do saber. O universo cronológico do fundo abrange um percentual aproximado de 85% do sistema colonial rigidamente fundamentado no "exclusivo comercial".







Texto: Profa. Dra. Maria Tereza Navarro de Britto

Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (Bahia) – 1855-1964

Arquivo Público da Bahia.

Memória do Mundo

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA

1890/2010 120 anos

GESTA BAHIÆ MEMOR

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON

Em 16 de janeiro de 1890, o governador do Estado da Bahia, Manoel Victorino Pereira, criou, através de ato, o Archivo Público da Bahia (APB).

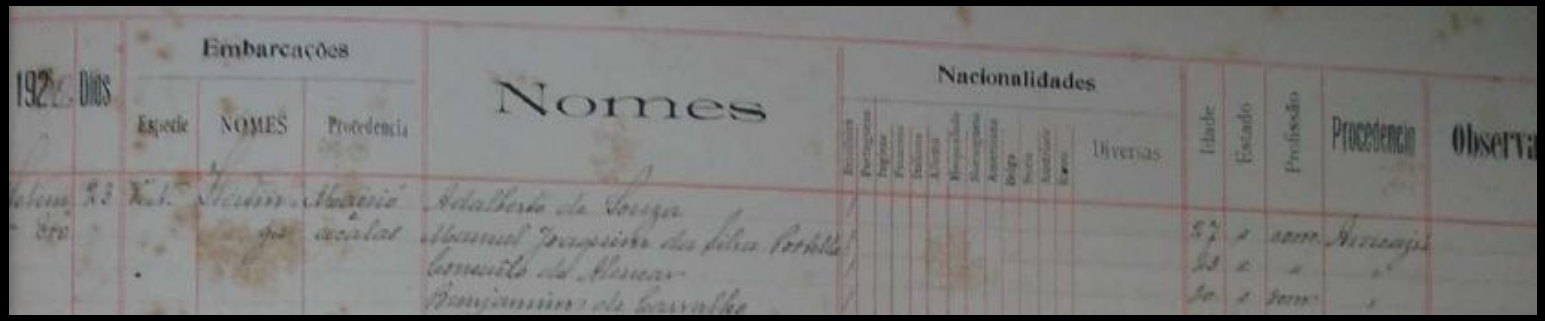
O acervo inicial recolhido pelo APB entre 1890 e 1891 correspondia a 1.351 livros e 1.033 maços, provenientes da Secretaria do Governo; do Archivo do Tribunal da Relação da Bahia; dos Cartórios do Jury, do Tabelião Abranches e do Escrivão Macedo Costa. Na ocasião, foi aberto um livro de registro contendo o nome das ofertas e dos ofertantes de documentos ao Arquivo.

Dentre as doações destaca-se a cópia original de Sesmaria da Ilha de Itaparica, doada por Thomé de Souza a D. Antonio de Ataíde, conde de Castanheira, em 1552. A oferta ao APB se deu a 26 de novembro de 1892, pelo bel. Francisco Rodrigues Monção. Hoje, o patrimônio documental custodiado pelo APB mensura cerca de 25 km.

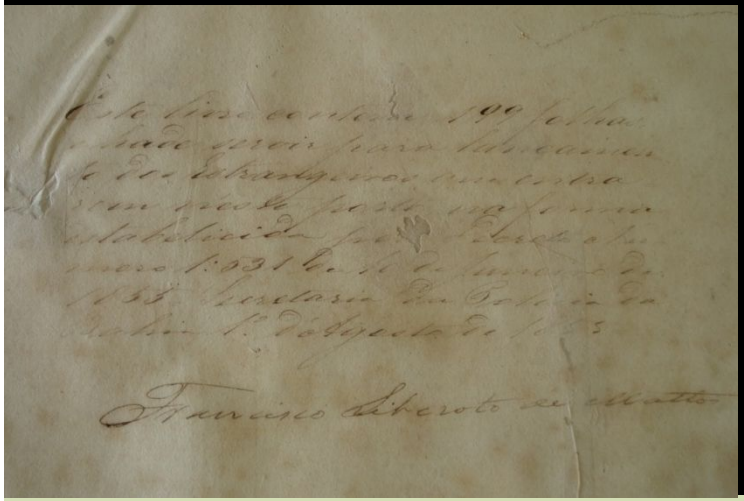
Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (Bahia) – 1855-1964

Arquivo Público da Bahia

Memória do Mundo



O Conjunto Documental "Registro de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador" é composto por 100 livros de 1855 a 1964 contendo 2.700.000 registros. O acervo documental constitui-se em fonte importante para a história sócio-econômica e política da Bahia e, também, para a história do país considerando a importância do movimento do porto de Salvador como entrada para outras regiões do país, sobretudo, para as províncias–estados do nordeste do Brasil.



Facsímile do Termo de Abertura do 1º Livro de Registro de Entrada de Passageiros no porto de Salvador – 1º de Agosto de 1855

Transcrição

"Este livro contém199 folhas que ha de servir para lançamento dos Estrangeiros que entrarem neste porto na forma estabelecida pelo Decreto número 1.531 de 10 de Janeiro de 1855. Secretaria da Polícia da Bahia, 1º de Agosto de 1855"

Francisco Liberato de Mattos

Imagens e Textos: Instituições custodiadoras dos acervos nominados e pareceres do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO - MOWBrasil

Design fundo – Rosanda Ribeiro
Layout original – Alzira Reis
Edição: Maria Elisa Bustamante
Arquivo Nacional
Rio de Janeiro – 04 de dezembro de 2012

UNESCO

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL